

Pensadores que influenciaram a educação infantil



Pensadores da Educação & Suas influências na Educação Infantil

Embora com ênfases diferentes entre si, as propostas de ensino desses pensadores, reconheciam que as crianças tinham necessidades próprias e características diferentes quanto ao modelo de educação voltada para os mesmos. Então houve uma grande pesquisa por meio de todos em comum, citando o brincar, o lúdico e a própria fase da criança como o interesse de pesquisa pela exploração de brincadeiras, objetos e pelo jogo.

Pensadores como; Comenius (Comênio), Rousseau, Pestalozzi, Decroly, Froebel e Montessori, entre outros, estabeleceram as bases para um sistema de ensino mais centrado na criança.

Muitos deles achavam-se comprometidos com questões sociais relativas a crianças que vivenciavam situações sociais críticas no presente sistema social em que viviam (órfãos de guerra, extrema pobreza, desigualdade social, racismo). Estes e outros pensadores e pesquisadores cuidaram então de elaborar propostas de atividades em instituições escolares que compensassem eventuais problemas de desenvolvimento educacional a fim de mudar o aspecto social dos mesmos.

Para Oliveira (2005) “Ao longo de muitos séculos, o cuidado e a educação das crianças pequenas foram entendidos como tarefas de responsabilidade familiar, particularmente da mãe e de outras mulheres. O recorte em favor da família como a matriz educativa preferencial aparece também nas denominações das instituições de guarda e educação da primeira infância. O termo francês *crèche* equivale à *manjedoura*, *presépio*. O termo italiano *asilo* indica um *ninho* que abriga. *Escola materna* foi outra designação usada

para referir-se ao atendimento de guarda e educação fora da família a crianças pequenas. Até a criação de rodas – cilindros ocos de madeira, giratórios, construídos em muros de igrejas ou hospitais de caridade que permitiam que bebês fossem neles deixados sem que a identidade de quem os trazia precisasse ser identificada para recolhimento dos expostos ou a deposição de crianças abandonadas em lares substitutos, já na Idade Média e Moderna”.

Já nos séculos XV e XVI, novos modelos e métodos educacionais foram criados para responder aos desafios estabelecidos pela maneira como a sociedade européia então se desenvolvia. Autores e pesquisadores como Erasmo (1465-1530) e Montaigne (1483-1553) sustentavam que a educação deveria respeitar a natureza infantil, estimular a atividade da criança e associar o jogo à aprendizagem. Gradativamente, surgiram novas e melhores ideias para atendimento de crianças fora da família principalmente em instituições de caráter filantrópico, instituições especialmente delineadas para esse objetivo e que organizavam as condições para o desenvolvimento infantil segundo a forma como o destino social da criança atendida era pensado.

COMENIUS OU COMÊNIO (1592-1670)

Educar crianças menores de 6 anos de diferentes condições sociais já era uma questão tratada por Comenius (Comênio) (1592-1670), educador e bispo protestante checo. Em seu livro “A escola da infância”, publicado em 1628, afirmava que o nível inicial de ensino era o “colo da mãe” e deveria ocorrer dentro dos lares. Em 1637 elaborou um plano de escola maternal em que recomendava o uso de materiais audiovisuais, como livros de imagens, para educar crianças pequenas.

Já em 1657 Comenius (Comênio) usou a imagem de “jardim-de-infância (onde “arvorezinhas plantadas”, seriam regadas) como o lugar da educação das crianças pequenas. Em oposição ao ideário da Reforma e da Contra – reforma religiosa então em curso na Europa, o filósofo e pensador Jean Jacques ROUSSEAU (1712-1778) criou uma proposta educacional em que combatia preconceitos, autoritarismos em todas as instituições sociais que violentassem a liberdade característica da natureza. Ele destacava o papel da mãe como educadora natural da criança em conjunto com olhares especiais sobre a educação familiar.

JACQUES ROUSSEAU (1712-1778)

ROUSSEAU revolucionou a educação de seu tempo ao afirmar que a infância não era apenas uma via de acesso, um período de preparação para a vida adulta, mas tinha importantíssimo e fundamental valor no processo de construção social e educacional; ROUSSEAU propunha que a educação seguisse a liberdade e o ritmo da natureza, enfatizando que cada criança tinha seu ritmo natural de aquisição de conhecimento e aprendizagem, contrariando os dogmas educacionais e religiosos da época, que preconizavam o controle dos infantes pelos adultos (Pequenos adultos).

Defendia uma educação baseada na autonomia e criatividade, que fosse resultado do livre exercício das capacidades infantis e enfatizasse não o que a criança teria permissão para saber, mas o que ela era capaz de saber.

PESTALOZZI (1746-1827)

As ideias de Rousseau abriram caminho para as concepções educacionais do suíço PESTALOZZI, que também reagiu contra o intelectualismo excessivo da educação tradicional e o modelo de aprendizagem imposto para as crianças. Educar deveria ocorrer em um ambiente o mais natural possível, num clima de disciplina estrita, em um envolvimento afetivo e amoroso, respeitando a bagagem de conhecimento que a criança já possui dentro de si, contribuindo para o desenvolvimento do caráter infantil.

Pestalozzi destacou ainda o valor educativo do trabalho manual (desenvolvimento da criatividade e autonomia), além de destacar a importância das habilidades motoras, cognitivas e expressivas. Também se preocupou com a ideia de que a educação deveria ser metodicamente ordenada para os sentidos: a percepção da criança seria educada pela intuição e o ensino deveria priorizar coisas, não palavras. Sua pedagogia enfatizava ainda a necessidade de a escola treinar a vontade e desenvolver as atitudes morais dos alunos.

FROEBEL (1782-1852)

As ideias de Pestalozzi foram levadas adiante por FROEBEL (1782-1852), educador alemão. Influenciado por uma perspectiva mística, uma filosofia espiritualista e um ideal político de liberdade, criou em 1837 um Kindergarten (jardim-de-infância) onde crianças e adolescentes – pequenas sementes que, adubadas e expostas a condições favoráveis em seu meio ambiente, desabrochariam sua divindade interior em um clima de amor, simpatia e encorajamento – estariam livres para aprender sobre si mesmo e sobre o mundo.

O modelo de funcionamento de sua proposta educacional incluía atividades de cooperação e o jogo, entendidos como a origem da atividade mental. Froebel atribuía ao jogo à construção de conhecimento e a aquisição do aprendizado ligado ao cognitivismo, ao desenvolvimento da criatividade e autonomia. Enfatizou o lúdico e a musicalização, elaborou canções e jogos para educar sensações e emoções, enfatizou o valor educativo da atividade manual, confeccionou brinquedos para a aprendizagem da aritmética e da geometria, além de propor que as atividades educativas incluíssem conversas e poesias e o cultivo da horta pelas crianças. Os recursos pedagógicos, básicos neste modelo, eram divididos em dois grupos: as prendas ou dons e as ocupações.

As prendas eram materiais que não mudavam de forma – cubos, cilindros, bastões e que, usados em brincadeiras, possibilitariam à criança fazer construções variadas e formar um sentido da realidade e um respeito à natureza.

Já as ocupações consistiam em materiais que se modificavam com o uso – tais como argila, areia e papel usados em atividades de modelagem, recorte, dobradura, alinhavo em cartões com diferentes figuras desenhadas, etc.

As canções e a musicalização completariam essa lista de materiais e atividades. As prendas e as ocupações se articulariam pela mediação da educadora na formação da livre expressão infantil, ou seja, daquilo que Froebel, dentro de seu quadro ideológico, chamou de “atividade materna”.

A proposta pedagógica criada por ele, teve grande repercussão nas instituições em prol da liberdade de aprendizagem da criança, espelhando movimentos liberais em curso na Europa, por isso passou a ser vista como ameaçadora ao poder político alemão, o que levou o autoritarismo governamental da época a fechar os jardins-de-infância do país por volta de 1851. As sementes da renovação educacional pensadas por Froebel foram proibidas na Alemanha, porém encontraram solo fértil em outros países. A sistematização de atividades para crianças pequenas com o uso de materiais especialmente confeccionados foi realizada por dois médicos interessados pela educação. Continua....

DECROLY (1871-1932)

Médico belga, que trabalhou com crianças excepcionais, elaborou, em 1901, uma metodologia de ensino que propunha atividades didáticas baseadas na idéia de totalidade do funcionamento psicológico e no interesse da criança, adequadas ao sincretismo que ele julgava ser próprio do pensamento infantil. Decroly defendia um ensino voltado para o intelecto. Nos centros de interesse, o trabalho se estruturaria segundo três eixos: observação, associação e expressão.

Decroly é conhecido ainda por defender rigorosa observação dos alunos a fim de poder classificá-los e distribuí-los em turmas homogêneas. O nome da médica psiquiatra italiana Maria MONTESSORI (1879-1952) inclui-se também nas lista dos principais construtores de propostas sistematizadas para a educação infantil no século XX.

Maria MONTESSORI (1879-1952)

Em 1907, foi convidada a organizar uma sala para educação de crianças sem deficiências dentro de uma habitação coletiva destinada a famílias dos setores populares, experiência que denominou “Casa das Crianças”.

Ao contrário de Rousseau, que defendia a auto-educação, Montessori não aceitava a natureza como ambiente apropriado para o desenvolvimento infantil. Antes, era a favor da criação de um contexto que fosse adequado às possibilidades de cada criança e estimulasse seu desenvolvimento. Montessori teve como marca distintiva a elaboração de materiais adequados a exploração sensorial pelas crianças e específicos ao alcance de cada objetivo educacional. Seu material didático buscava fazer um detalhamento rigoroso do conteúdo a ser trabalhado com as crianças e previa exercícios destinados a desenvolver, passo a passo, as diversas funções psicológicas.

Sua proposta desviava um pouco da ideia sobre a ênfase e a atenção do comportamento de brincar para o material estruturador, mais elaborado da atividade própria da criança: o brinquedo. Montessori criou instrumentos especialmente elaborados para a educação motora (ligados, sobretudo à tarefa de cuidado pessoal) e para a educação dos sentidos e da inteligência – por exemplo, letras móveis, letras recortadas em cartões-lixia para aprendizagem de leitura, contadores, como o ábaco, para aprendizado de operações com números.

Foi ainda quem valorizou a diminuição do tamanho do mobiliário usado pelas crianças nas pré-escolas e a exigência de diminuir os objetos domésticos cotidianos a serem utilizados para brincar na casinha de boneca. No campo da Psicologia, uma série de

autores oferecia novas formas de compreender e promover o desenvolvimento das crianças pequenas.

VYGOTSKY (1896-1934)

Nas décadas de 20 e 30, atestava que a criança é introduzida na cultura por parceiros mais experientes. Ainda na primeira metade do século XX, Wallon destacava o valor da afetividade na diferenciação que cada criança aprende a fazer entre si mesma e os outros. Os psicanalistas reconheciam que o comportamento infantil deveria ser interpretado, e não meramente aceito em seus aspectos observáveis. Finalmente, há que mencionar as pesquisas de Piaget e colaboradores que revolucionaram a ideia dominante sobre a criança.

CELESTIN FREINET (1896-1966)

Novos protagonistas destacaram-se ainda na primeira metade do século XX. Celestin FREINET foi um dos educadores que renovaram as práticas pedagógicas de seu tempo. Para ele, a educação que a escola dava às crianças deveria extrapolar os limites da sala de aula e integrar-se às experiências por elas vividas em seu meio social. A seu ver, as atividades manuais e intelectuais permitem a formação de uma disciplina pessoal e a criação do trabalho-jogo, que associa atividade e prazer e é por ele encarado como eixo de uma escola popular. A pedagogia de Freinet organiza-se ao redor de uma série de técnicas ou atividades, entre elas as aulas-passeio, o desenho livre, o texto livre, o jornal escolar, a correspondência inter-escolar, o livro da vida. Apesar de ele não ter trabalhado diretamente com crianças pequenas, sua experiência teve lento, mas marcante impacto sobre as práticas didáticas em creches e pré-escolas em vários países.

Na última década, muitas foram as mudanças ocorridas na legislação brasileira que define a garantia de atenção às crianças de 0 a 6 anos, configurando-se mesmo, num novo ordenamento legal, iniciado pela Constituição Federal de 1988 e consolidando, por assim dizer, com a promulgação da nova LDB 9394/96. Ao menos no papel, esse novo ordenamento caracteriza-se por uma concepção de atenção à criança atribuindo-lhe a condição de cidadã, cujo direito à proteção integral deve ser assegurado pela família, pela sociedade e pelo poder público, com absoluta prioridade.

Para Emília Ferreiro (2004), em relação a sua pesquisa que muito colaborou nas discussões realizadas no Brasil na década de 80, principalmente na construção de novas idéias sobre o desenvolvimento e aprendizagem da criança; “A minha contribuição foi encontrar uma explicação segundo a qual, por trás da mão que pega o lápis, dos olhos que olham, dos ouvidos que escutam, há uma criança que pensa”.

E é neste contexto que vislumbramos a necessidade de se trabalhar a educação infantil de forma mais abrangente, levando em consideração o contexto social, conhecendo e valorizando as diferenças individuais e os ritmos de aprendizagem de cada criança na sua trajetória de formação epistemológica, dando a verdadeira atenção aos valores da educação infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NICOLAU, Marieta L. M. A educação Pré-escolar: fundamentos e didática. 9. ed. São Paulo: Ática, 1997. ANGOTTI, M. Educação infantil: para que, para quem e por quê. In: _____. (Org.). Educação infantil: para que, para quem e por quê? Campinas: Alínea, 2006. ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. ARROYO, M. G. O significado da infância. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, I. Brasília, DF, 1994. Anais... Brasília, DF: MEC, 1994. p.88-92. ASSIS, R. de. Educação infantil e propostas pedagógicas. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Subsídios para credenciamento de instituições de educação infantil. v.2. Brasília, DF: MEC/SEF/Coedi, 1998. BARBOSA, M. C. S. Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006. BARDIN, L. Análise de conteúdo. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: 70, 2000. BAZILIO L. C., KRAMER, S. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2003. BOBBIO, N. A era dos direitos. 19.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992. BRASIL. Câmara de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. Parecer n. CEB 22/98, de 17 de dezembro de 1998. Aprova as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília, DF, 1998. Disponível em . Acesso em 12/2/2009. _____. Câmara de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. Parecer n. CNE 4/2000, de 16 de fevereiro de 2000. Aprova as diretrizes operacionais para a educação infantil. Brasília, DF, 2000. Disponível em . Acesso em 12/2/2009. _____. Constituição (1988). Constituição da República Federal do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. _____. Decreto-lei n. 5.452, de 1o de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 14/9/2001, p.11.937. Disponível em . Acesso em 4/1/2009. EDUCAÇÃO_INFANTIL.indd 180 23/12/2010 11:03:36 Educação infantil 181 3a. Prova BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 16/7/1990, p.13.563. Disponível em . Acesso em 2/2/2009. _____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23/12/1996, p.27.833. Disponível em . Acesso em 10/2/2009. _____. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 10/1/2001, p.1. Disponível em . Acesso em 26/3/2009. _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Critérios para o atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília, DF: MEC/SEF/ Coedi, 1997

ARTIGO > PROF. MARCOS LEONARDO DE SOUZA

PEDAGOGO – PSICOPEDAGOGO – HISTORIADOR – ESCRITOR

MESTRE EM EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO